

GESTÃO PÚBLICA E TURISMO EM SÃO MIGUEL DO GOSTOSO (RN): UM ESTUDO DE CASO

Esdras Matheus MATIAS¹
Aline Vieira de CARVALHO²
Plínio Guimarães de SOUSA³

Resumo: O presente estudo é fruto parcial de uma pesquisa de doutoramento. Nessa etapa investigou-se todos os representantes do setor público municipal que ocupam secretarias, além da prefeita e do vice-prefeito de São Miguel do Gostoso. O objetivo era entender a relação da gestão pública e do turismo no cotidiano do município. A partir disso, elaborou-se entrevistas semiestruturadas que versavam sobre a história da localidade, papel da secretaria no contexto do governo municipal e suas relações com o turismo, aspectos favoráveis e desfavoráveis do turismo no cotidiano da cidade, processo de emancipação do município, dentre outras questões que envolviam aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais. Para os entrevistados o turismo ocupa uma posição econômica estratégica na cidade, desbancando atividades tradicionais como a pesca e o artesanato. A empregabilidade, interações culturais e sociais foram destacadas como pontos favoráveis. Como desfavoráveis, elencou-se o custo de vida e a especulação imobiliária. Os entrevistados realizaram ainda um breve histórico da emancipação do município, destacando o embrião do turismo na comunidade e o surgimento das escolas de esportes a vela.

Palavras-chave: Turismo; São Miguel do Gostoso; Gestão Pública

¹ Professor do Departamento de Turismo e Hotelaria (DTH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando do Programa Ambiente & Sociedade do Núcleo de Estudos Ambientais (Nepam) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Integrante do LIPAC/Nepam - UNICAMP. Participante do Grupo de Pesquisa em Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural (IG/UNICAMP). E-mail: esdrasmatheus@yahoo.com.br
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4227478J1>

² Historiadora, mestre em História (Unicamp/2005) e Doutora em Ambiente & Sociedade (2009). Professora e pesquisadora plena dos programas de pós-graduação em História (IFCH/Unicamp) e em Ambiente & Sociedade (Nepam/Unicamp). Coordenadora do Nepam e do Laboratório Interdisciplinar em Patrimônio, Ambiente e Comunidades (LIPAC/Nepam). E-mail: alineneepam@gmail.com
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4776229Y7>

³ Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Mestre e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento e Meio Ambiente do IFPE. E-mail: plinio@barreiros.ifpe.edu.br
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4201552D6>

1. As políticas públicas de turismo no Rio Grande do Norte (RN)

Não é de hoje que o turismo se faz presente na pauta dos governantes e dos planos dos governos. No Brasil o turismo como programa e como política obteve avanços consideráveis nas últimas décadas. De um setor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) nos anos 1930, à criação da EMBRATUR, em 1966, (RODRIGUES, 2001); (CARVALHO, 2010) e a consolidação de Ministério do Turismo em 2003, o turismo nacional conseguiu consolidar planos, desenvolveu ações e realizou grandes investimentos. De acordo com o Plano Nacional de Turismo (2007-2010) o modelo de desenvolvimento proposto pela esfera pública contempla a harmonia, redução das desigualdades e integração nos campos social, político, cultural e ambiental (PNT, 2007-2010).

Ainda parte integrante do Plano Nacional do Turismo, o governo propõe através do projeto, a implementação de macroprogramas e dentre eles o de Regionalização do Turismo. Cada Estado e cada município conta com suas secretarias de turismo, que definem em esfera micro, sua estruturação, planejamento e gestão, baseado nos atrativos e nas vocações locais. Dentre os objetivos estabelecidos pelo programa se destaca a potenciação dos benefícios da atividade para a comunidade local. Há nitidamente no discurso governamental a associação direta do turismo com o “desenvolvimento econômico sustentável, distribuição de renda, capacidade de geração de emprego e melhorias na qualidade de vida” (PNT, 2007-2010, p. 26).

Cada gestão municipal e/ou estadual é responsável pelo direcionamento dos investimentos e na definição das prioridades de uma política pública. As políticas públicas de turismo são diretrizes em diferentes níveis de poder que definem o uso do espaço turístico, planejamento e gestão do território (BENI, 2006). Para o pesquisador e professor da Universidade de Brasília (UnB), Mário Carlos Beni (2006), as políticas de turismo são complexas de implementação devido ao diverso conjunto de atividades da competência de uma rede de atores das esferas privada, pública e social. Porventura, a descontinuidade, falta de capacidade técnica, entraves burocráticos, falta de integração entre os órgãos oficiais de turismo e conflitos de interesses seja um grande entrave das políticas públicas para o setor. De acordo com a professora e pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Vanice Santiago Fragoso Selva (2012, p.42) “É no nível municipal que as políticas públicas e as práticas turísticas se materializam através de formas, funções, estruturas e processos e que devem ser planejadas de acordo com a realidade de cada localidade onde se estabelecem”.

As primeiras políticas públicas de fomento a atividade turística do Nordeste são da segunda metade da década de 1960. Mas foi nos anos 1970, durante o Regime Militar Brasileiro, com a criação de dois fundos de fomento, incentivos federais e a política dos megaprojetos (final dos anos 1970 e início dos anos 1980) que o Nordeste começou a ser estruturado para o turismo (COSTA e SOUSA, 2010); (LOPES JR, 1997); (CRUZ, 2001). A política de megaprojetos foi concebida para fortalecer a infraestrutura hoteleira dos destinos turísticos sol e mar do Nordeste, além de exacerbar midiaticamente as belezas naturais, estimulando o capital imobiliário e a implantação de megaempreendimentos de hospedagem (FERNANDES, 2011); (CRUZ, 2001); (ENDRES, 2012). Diferente da Política de Megaprojetos, o PRODETUR I (1994-2005)⁴ tinha como objetivo aperfeiçoar os aspectos da infraestrutura básica, de acesso e serviços (CRUZ, 2002). Para Endres (2012, p. 73):

O PRODETUR é um programa de crédito para o setor público (estados e municípios) que foi concebido para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, através da aquisição de recursos de agências internacionais de fomento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

As políticas públicas de turismo implementadas no Brasil durante esse período, centralizaram os aspectos econômicos e mercadológicos dos destinos turísticos. Esse encantamento do “paraíso tropical” cativou redes hoteleiras, empresários da construção civil e do turismo, que obtiveram vantagens significativas nos megaprojetos da região nordeste. Essas propostas políticas foram articuladas através de negociações entre a Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), a EMBRATUR, a Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE), o Banco do Nordeste e os representantes oficiais dos Estados nordestinos (ENDRES, 2012).

O grande foco desta política atribui às grandes extensões dos vazios litorâneos, e ao clima quente e a disponibilidade de sol o ano todo, a justificativa para que o Nordeste se promovesse, a partir dos anos 1970, o incremento do turismo de massa e assim se colocasse a região na rota do desenvolvimento nacional (FERNANDES, 2011, p.64).

Para Costa (2008); Fernandes (2011); Silva (2012) e Pessoa (2012) o turismo no Estado do Rio Grande do Norte inicia-se no final dos anos 1970 (fomentado pela promoção turística) e com a construção da Via Costeira (1984), resultado de uma política de

⁴ O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) foi concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas (BANCO DO NORDESTE, 2014).

megaprojetos. Pela sua natureza, megaprojetos envolvem grandes investimentos, longos prazos para realização, grandes intervenções e dimensões e uma complexa rede de envolvidos para sua realização.

A política de megaprojetos foi caracterizada por um conjunto de ações semelhantes praticadas por cinco dos nove estados nordestinos a partir do final da década de 70. Ela surgiu com o objetivo de desenvolver o turismo na região por meio da implantação de megaempreendimentos turísticos ou, de forma mais específica, megaprojetos hoteleiros. (ENDRES, 2012, p.57)

Cruz (2001) ainda esclarece que idealização, implementação, definição de áreas para instalação dos megaprojetos turísticos ficou sob atuação do setor público em todo o Nordeste. “O primeiro megaprojeto turístico nordestino concebido foi o Projeto Parque das Dunas – Via Costeira em Natal (RN) ” (CRUZ, 2001, p.80). O Projeto Parque das Dunas favoreceu a expansão da infraestrutura hoteleira da capital potiguar e interligou as praias de Ponta Negra e Areia Preta, no entanto, trouxe imbróglios devido ao uso da área de dunas para construção das vias de acesso e instalação dos hotéis. Apesar dos impedimentos ambientais, o projeto foi realizado, concluído e projetou a capital Natal e o Rio Grande do Norte na rota do turismo nacional. “É o turismo impondo seu tempo, criando seu espaço” (CRUZ, 2001, p.147).

As políticas de turismo dos anos 1980/1990 não foram inclusivas para as comunidades litorâneas (CORIOLANO, 1998). O processo de fatiamento dos territórios, venda de lotes e urbanização acelerada, foi excludente e a turistificação do litoral, sua comercialização e mercantilização extirparam muitas das famílias do seu espaço de vivência. Algumas localidades sofreram com mais intensidade esse escanteamento, conduzindo a elevação do valor do solo, a especulação imobiliária, fazendo com que se intensificasse o processo de segregação social (MARCELINO, 2001).

Segundo Santos (2004, p.68), “Em 1986 o Turismo chega a primeiro lugar de receita do Rio Grande do Norte”. Notadamente o turismo no Rio Grande do Norte deslança e começa a causar os primeiros problemas decorrentes da sua superexploração, como afirma a arquiteta e urbanista Ana Maria Teixeira Marcelino “A expulsão das populações nativas dos seus locais de origem já se verifica a partir da melhoria e ampliação da infraestrutura viária, primeira ação governamental dirigida à consolidação do turismo litorâneo para o Estado” (MARCELINO, 2001, p.179). A adoção dessa política estimulou a aquisição de terrenos por estrangeiros no litoral potiguar e engendrou o estabelecimento das segundas residências. Essa massificação do turismo no Rio Grande do Norte deu-se na região metropolitana de Natal e nas praias do litoral sul.

No contexto atual, o Nordeste tem se destacado no cenário nacional como um dos destinos mais apreciados pelo turismo internacional nos últimos anos. Dos nove Estados do

Nordeste, o Rio Grande do Norte ocupa a quarta posição no recebimento de turistas e voos regulares nacionais e internacionais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014). De acordo com a economista Sandra Lúcia Barbosa Cavalcanti (2013), o turismo aparece como uma atividade marcante na economia do Estado, principal no leste potiguar. O Estado também é o maior polo salineiro do país, responsável por quase todo sal extraído no Brasil.

O fluxo turístico do Rio Grande do Norte concentra-se principalmente na faixa litorânea ao sul da capital, com dunas, lagoas, falésias e reservas de Mata Atlântica do Estado, além da presença marcante das praias em 49 dos seus municípios (BANCO DO NORDESTE, 2012); (FERNANDES, 2011). O que propiciou esse “descortinamento” de outras regiões do Rio Grande do Norte pelo turismo foi a construção das vias de acesso (decorrente da política de megaprojetos). Cidades, vilas, distritos, lugarejos antes isolados, foram sendo descobertos pelos viajantes. Pessoa (2012) explana que com a construção da rota do sol norte, o turismo se estendeu da praia da Redinha até São Miguel do Gostoso.

2. São Miguel do Gostoso⁵ – RN

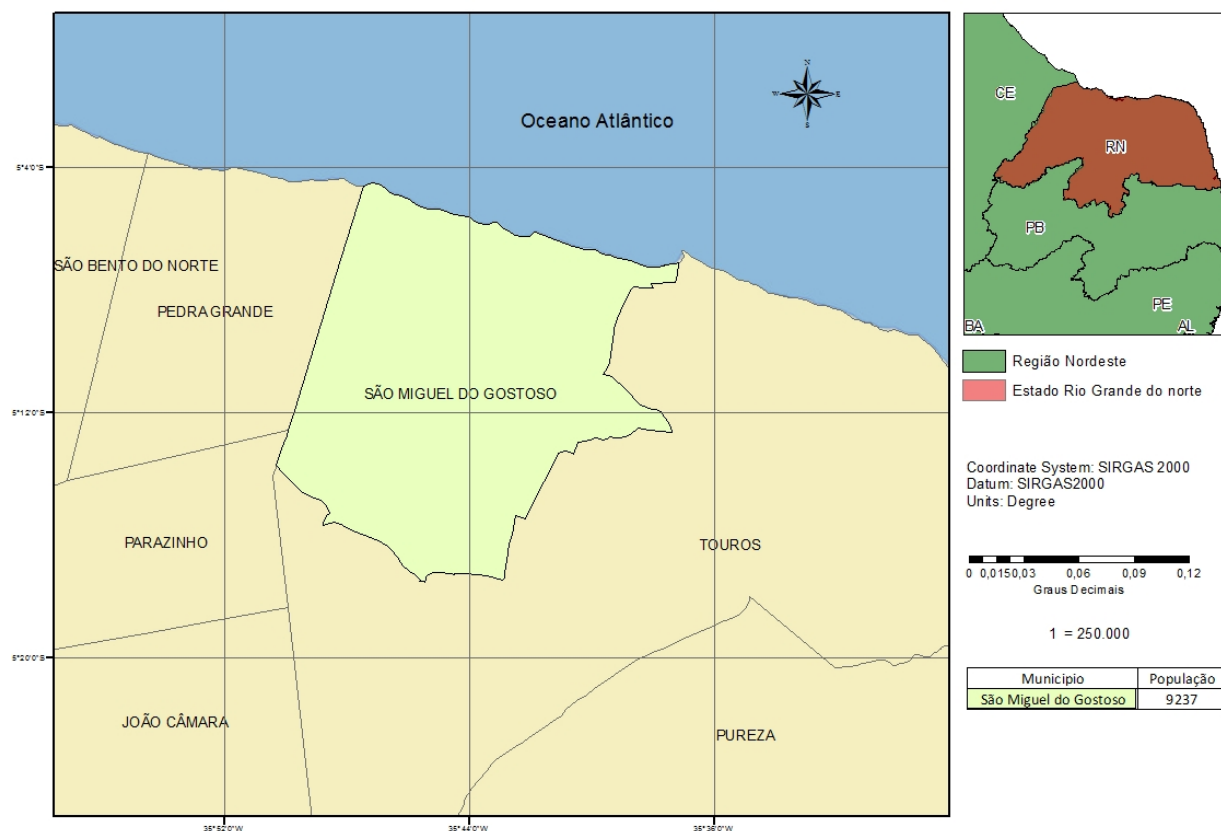
O povoado de “Gostoso” foi fundado em 29 de setembro de 1884 e um dos primeiros moradores do lugar, Miguel Félix Martins, construiu um templo no lugar em homenagem ao padroeiro da vila após sobreviver a um naufrágio, sendo a igreja inaugurada em 29 de setembro de 1899 (TABOSA, 2000); (ARAGÃO, 2001); (PESQUISA DIRETA, 2016).

O distrito rural de São Miguel de Touros vinha desde 1988 demonstrando interesse, através de representantes da comunidade e da igreja, de uma separação oficial de Touros⁶. Mas somente em 14 de março de 1993 se realizou um plebiscito para consulta popular. O plebiscito com 698 eleitores consolidou o “sim” com 686 votos, mas apenas em 1996 elegeu-se o primeiro prefeito (ARAGÃO, 2001). A cidade de São Miguel de Touros no Rio Grande do Norte emancipou-se do município de Touros pela Lei Estadual 6.452, de 16 de julho de 1993 (ARAGÃO, 2001); (IBGE, 2010); (IDEMA, 2008) “Nessa ocasião Touros perdeu 5.843 habitantes da zona rural para o novo município” (SEBRAE/RN, 1999, p.16).

⁵ Em alguns momentos do texto o nome de São Miguel do Gostoso será grifado pela sigla SMG

⁶ No dia 11 de abril de 1833, a vila de Touros foi desmembrada do município de Extremoz (hoje Ceará-mirim). Confirmado pela lei provincial de 21 de março de 1835. Hoje consta com população aproximada de 31.089 habitantes e área de 838.870km² e faz fronteira ao sul com São Miguel do Gostoso. (IBGE, 2010); (SEBRAE/RN, 1999).

Figura 1 - Mapa do Estado do Rio Grande do Norte com destaque para o Município de São Miguel do Gostoso.



Fonte: Elaboração do autor (2013)

Por força de outro plebiscito popular realizado em 19 de novembro de 2000, São Miguel do Gostoso voltou a ser o nome da cidade. Na ocasião, apesar de estarem aptos 3.316 eleitores, votaram apenas 1.924 eleitores (ARAGÃO, 2001). O percentual foi de 90,95% dos votantes foram favoráveis à mudança do nome, alterado pela lei estadual n.9992 de 05 de maio de 2001 (IBGE, 2010).

O município de São Miguel do Gostoso é composto por 26 distritos e/ou assentamentos, sendo eles: Tabua, Reduto, Morro dos Martins, Morro dos Paulos, Baixio, Umburana, Frejó, Baixinha dos França, Baixinha dos Vieiras, Cruzamento, Janjão, Novo Horizonte, Arizona, Paraíso, Mundo Novo, Fazendinha, Angico de Fora, Angico Velho, Praia do Marco, Santa Fé, Ouro Branco, Nova Esperança, Canto da Ilha de Cima I e Canto da Ilha de Cima

II, Antônio Conselheiro e Sede (ARAGÃO, 2001) (PESQUISA DIRETA, 2016). Cada distrito tem suas peculiaridades, história e manifestações culturais e folclóricas, inclusive um santo padroeiro diferente de São Miguel. Mas a igreja no distrito Sede simboliza a devoção ao santo que dá nome à cidade.

Não se sabe ao certo o que demarcou o início do fluxo turístico em São Miguel do Gostoso. Durante os anos 1980 visitantes esporádicos chegaram ao então distrito de São Miguel, ainda vinculado à cidade de Touros, fixando residência e criando assim os primórdios da atividade turística. O nome do morador Leonardo Godoy é associado frequentemente como grande estimulador do turismo na cidade, sendo ele o dono da primeira pousada da localidade, na metade dos anos 1980.

Após seu desmembramento do município de Touros (RN) a prática de turismo de aventura e náutico, especialmente da vela e do *kite surf* trazida pelos de visitantes devido aos ventos propícios e a disposição geográfica natural, propagou empresas do setor turístico e o crescimento do município. O surgimento da primeira escola de *kite surf* (Dr. Wind) pelas mãos do italiano Paolo Migliorini, em 2006, nos dá os sinais de uma dimensão temporal. (PESQUISA DIRETA, 2015/2016). Até 2010 já existiam três escolas de *kite surf* na cidade. Dr. Wind, Escola Gostoso e Clube Kauli Seadi. Segundo dados já levantados da pesquisa de campo, São Miguel do Gostoso consegue ter uma temporada propícia de ventos que ultrapassam seis meses de duração e sua intensidade se dá nos últimos meses do ano (setembro à dezembro). Nenhuma escola e/ou guarderia de esportes de vela pertence a um morador da cidade, assim como boa parte dos restaurantes e meios de hospedagem. Dos mais de setenta estabelecimentos de hospedagem disponíveis na cidade, menos de dez são de pessoas nascidas em São Miguel do Gostoso.

A população da cidade é de 8.670 pessoas, com 2.853 domicílios segundo dos dados do IBGE (2010). Embora haja um número oficial de habitantes divulgados pelo IBGE (2010) cogita-se um fluxo maior de pessoas devido às flutuações de moradores provindos da atividade turística, dos empreendimentos de energia eólica e dos trabalhadores que exercem sua atividade no município, mas moram em distritos vizinhos (Cajueiro, Monte Alegre, São José, dentre outros). Não é comum em São Miguel do Gostoso o turismo de segundas residências, casas de veraneio e/ou características de cidade dormitório.

Tabela 1: Evolução populacional do município de São Miguel do Gostoso

Ano	1993	2000	2010	2014 (Estimativa)
População oficial	5.843	7.580	8.670	9.333
Aumento em %	-----	29,7%	14,4%	7,6%

Fonte: Dados trabalhados pelo pesquisador a partir dos Censos do IBGE (2000);(2010)

Assim como em outros municípios do litoral nordestino, São Miguel do Gostoso tinha na pesca e na agricultura uma de suas principais fontes de renda. A atividade de pesca artesanal, artesanato de labirinto e agricultura de subsistência foi no decorrer do tempo perdendo espaço para outras atividades econômicas mais atrativas. Embora as três atividades ainda existam, doravante, o turismo juntamente com os parques eólicos, exercem maior influência econômica no município.

A atividade turística na localidade trouxe significativas modificações sociais, demográficas, ambientais, territoriais e econômicas nos últimos anos. Paralelo a esse movimento turístico, São Miguel do Gostoso consolidou sua secretaria de Turismo em 2013 (na gestão da atual prefeita) e participou efetivamente na criação de conselhos, ONG's, associações e representações para discutir projetos e determinar parâmetros de planejamento, controle e crescimento.

3. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa em andamento é fruto parcial de um trabalho de doutoramento e configura-se como um estudo de caso. Yin (2010) ressalta que os estudos de caso são considerados únicos e baseados em conjuntos múltiplos de experimentos sob condições diferentes. Não são amostras e também se utilizam o olhar de quem investiga, num espaço e tempo definido. Para Yin (2010, p. 41) o estudo de caso tem quatro aplicações: “Explicar as causas, descrever a intervenção, ilustrar tópicos de avaliação e explorar as situações” enquanto que Marconi e Lakatos (2011, p.276) defendem que “O Estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos”.

Foram entrevistados todos os representantes das secretarias do município, além da prefeita, do vice-prefeito e as três secretárias de turismo que atuaram no município entre os anos de 2013 e 2016. Compuseram a investigação os representantes das seguintes secretarias: Agricultura e pesca; Obras, meio ambiente e limpeza urbana; Turismo e comunicação; Tributos; Educação, cultura e desporto; Saúde; Assistência social, trabalho e habitação; Administração geral.

As entrevistas semiestruturadas contavam com um roteiro prévio de quinze questões que versavam sobre a história do município, papel da secretaria no contexto do governo municipal, relações do turismo com a respectiva secretaria, aspectos favoráveis e desfavoráveis do turismo no cotidiano da cidade, processo de emancipação do município,

dentre outras questões que envolviam aspectos econômicos, demográficos, culturais, sociais e ambientais. Todas as entrevistas ocorreram no município, foram agendadas e gravadas em áudio com formulário de consentimento informado.

A entrevista semiestruturada, assistemática, antropológica ou livre (MARCONI e LAKATOS, 2010), foi escolhida pelo fato de explorar com mais intensidade a questão central dessa tese, além de favorecer certo grau de liberdade ao entrevistador. Dentro do roteiro pré-estabelecido limitou-se ao número de mínimo de quinze questões (ou tópicos) e máximo de dezoito para cada entrevistado, reforçando o modelo de entrevista despadronizada modalidade focal.

Inspirado no que propõe Flick (2009), as questões foram elaboradas contemplando três aspectos: Perguntas mais abertas, livres, sobre a vida dos entrevistados; perguntas direcionadas para os objetivos e hipóteses do trabalho e por fim, questões mais confrontativas sobre a relação turismo e comunidade.

4. Análise e discussão dos resultados

O município é relativamente novo, sendo criado em 16 de julho de 1993 e com gestão de apenas três prefeitos respectivamente: João Wilson (1996-2004), Miguel Teixeira (2005-2012), ambos reeleitos e a atual Maria de Fátima Tertulino Dantas Neri (2012-2016). A cidade de São Miguel do Gostoso foi distrito do município de Touros até 1993, quando foi emancipada. Porém, no período de 1993 até 1996, a cidade não possuiu um interventor e permaneceu sob a égide de Touros até a posse do primeiro prefeito, que foi candidato único. Passou por um plebiscito para mudança de nome (2001) e hoje se tornou o terceiro polo de turismo do Estado do Rio Grande do Norte, atrás somente da capital Natal e da Praia da Pipa (Litoral Sul).

Quase todos os secretários são oriundos do município e exerceram algum papel importante no processo de emancipação da cidade. Os jovens dos anos 1990 que lutaram pelo desmembramento de São Miguel do Gostoso, em sua maioria, exercem algum papel na história política do município ou estão atrelados a gestão pública municipal. Já se ventilava a possibilidade de emancipação no final dos anos 1980. Havia inclusive uma campanha eleitoral sob o slogan “ Saúde, educação e emancipação”. E comum nos discursos dos entrevistados a ênfase do esquecimento do então distrito de Gostoso da gestão pública de Touros. “ A necessidade nasceu da falta de assistência de Touros” (Depoimento número 36). SMG hoje computa 26 distritos e/ou assentamentos em sua área territorial, sendo o principal o Distrito

Sede, onde se encontram todas as secretarias, prefeitura, câmara municipal e todos os empreendimentos turísticos.

Os registros de engajamento são antigos. Para um dos entrevistados, assim ele define a população de SMG: “ Um pessoal mais exigente, que sabe o que quer, cobram do poder público, muito zelosos...diferente de outras cidades vizinhas” (Depoimento número 7). Nos idos dos anos 1990 a cidade, através de consulta popular, escolheu que parâmetro seria escolhido para o nome das ruas. Desde então, todas as ruas do município têm alguma relação com o mar. Posteriormente, já nos anos 2010, com a chegada das empresas de energia eólica, houve uma postura de demarcação para implantação dos aerogeradores definida por lei, fruto de apelo popular. Essa participação política e reforçada pela assertivas “ Gostoso sempre foi organizado” (Depoimento número 14) e “ Para emancipar e preciso ter coragem” (Depoimento número 11). Um dos entrevistados (Depoimento número 6) enfatizou a ausência de liderança, de comprometimento e desinteresse dos jovens nas questões determinantes do município. Há uma nostalgia na fala, que relaciona o jovem do passado mais atuante do que o jovem da atualidade.

Em 2008 o município elaborou seu Plano Diretor, que atualmente está em processo de discussão. Em 22 de março de 2016 em audiência pública foi definido e acatado os nomes dos representantes do conselho da cidade para o Plano Diretor, baseado na Lei Municipal 157/2008 (PESQUISA DIRETA, 2016). A discussão do Plano Diretor envolve representações da sociedade e com ele visa restringir, delimitar e ordenar o uso e ocupação do solo no município. O aumento exorbitante do número de pousadas, de poços artesianos, atratividade de megaempreendimentos e destino do lixo, são inquietações que afligem tanto a gestão pública como a iniciativa privada e outras representações da cidade. O estabelecimento de diretrizes e acompanhamento do crescimento é quase unanimidade dos entrevistados. “Crescer ordenadamente, não crescer por crescer” (Depoimento número 36). E ainda: “ Que continue crescendo, mas com organização e sem pressa” (Depoimento número 14).

Há referências constantes dos entrevistados quanto a preocupação de São Miguel do Gostoso torna-se uma Pipa. A Praia da Pipa, no litoral sul do Estado, é um exemplo de crescimento, saturação e massificação que os entrevistados recorrem ao asseverar os malefícios do turismo: “ Gostoso é a nova Pipa, a Pipa do Norte, Pipinha ...a gente não gosta” (Depoimento B). A associação de SMG com Pipa é sempre de forma negativa: “ A gente não quer que aconteça a SMG o que aconteceu a Pipa” (Depoimento número 36).

Os entrevistados em unanimidade ressaltaram que o turismo iniciou timidamente nos anos 1980, estimulado pelo velejador Leonardo Godoy, que abriu a primeira pousada (Pousada do Gostoso) na Praia da Ponta do Santo Cristo. “ Aqui só tinha seu Leonardo

com a pousada” (Depoimento número 8). Mas que, a partir dos esportes náuticos de vela, a cidade deu um salto quantitativo de turistas e empreendimentos turísticos. “ O que projetou Gostoso para o mundo foi o *kite-surf*” (Depoimentos números 14 e 15). Também se reforça nas entrevistas o grande investimento dos “ forasteiros “ na atividade do turismo: “ A maioria dos pousadeiros e donos de restaurante são de fora” (Depoimento número 8). Para mais da metade dos entrevistados o turismo alavanca o município, embora a pesca e a energia eólica se façam presentes. “Tudo gira em torno do turismo(...) e o turismo proporciona muito mais resultado” (Depoimento número 10). Para o entrevistado número 8, o turismo possibilitou crescimento, ascensão e a chegada de muitas pessoas para somar e agregar.

As mudanças sociais, culturais, econômicas e ambientais estão presentes em todos os discursos. Segundo metade dos entrevistados, a pesca perdeu o espaço para o turismo devido a vários fatores: Por ser um trabalho arriscado, pesado e com pouco retorno. “ Você tem muitas opções de trabalho no município(...) quem vai querer se arriscar no mar? ” (Depoimento B). Quanto ao artesanato de labirinto, ressalta-se como uma atividade que paulatinamente se esvai devido à falta de interesse das jovens, ao trabalho árduo e com pouco retorno. “ O labirinto é um trabalho muito demorado” (Depoimento número 6). O turismo se posiciona como uma atividade de maior interesse pelos jovens, pelas possibilidades de crescimento, troca cultural e interações com estrangeiros.

É comum aos entrevistados a alegação que o turismo aumentou o valor dos produtos, dos serviços e dos terrenos. Ao mesmo tempo alega-se que o turismo deu visibilidade, projeção e aumentou a autoestima dos moradores. Houve uma migração homeopática das atividades do campo, do mar e do artesanato para os serviços de hospitalidade e turismo. Como afirmou um dos entrevistados “ Gostoso é um canteiro de obras” (Depoimento número 10), não se refere apenas aos investimentos e intervenções urbanas e territoriais. É mais abrangente, respinga em outras dimensões não controláveis.

A criação da secretaria de turismo e a amplitude que ela representa hoje em SMG, faz circular projetos, eventos e dinamizar a sazonalidade. Embora muitos desses eventos ainda sintam resistência de grupos mais tradicionais da cidade. Existe sim, uma luta, mesmo que silenciosa e de bastidores, entre duas cidades que funcionam juntas, paralelamente.

Considerações Finais

O turismo tem sido aclamado como uma grande oportunidade para municípios brasileiros. É comum nas diversas estâncias de governo, elencar o turismo como uma solução para cidades, vilarejos, vilas, distritos e/ou lugarejos, como alternativa de geração de emprego e renda. O setor público tem um papel determinante no estabelecimento de critérios para uso e ocupação dos seus territórios. Uma gestão pública deficiente, inerte, desprovida de comprometimento, acarreta danos a longo prazo muito nocivos a uma comunidade. Em contrapartida, a capacidade de articulação, acesso a informação e transparência, mobilização e conscientização, tem levado algumas comunidades a uma participação maior na gestão dos seus municípios.

No caso de SMG há efetivamente uma participação e um envolvimento da comunidade em diferentes frentes: Comitê orla, comissão de segurança, diversas ONG's engajadas em ações socioambientais, nativos que atuam na gestão pública assumindo cargos, envolvidos nas discussões emergentes da cidade, além de associações e grupos que fiscalizam, corroboram e atuam paralelamente nas adversidades diárias do município.

Um município é um sistema complexo, cheio de redes, interações, convicções e confrontações. A gestão pública tem suas limitações, visto que depende de repasse do fundo de participação dos municípios (FPM), decisões que envolvem burocracia, acordos, licitações, recursos escassos, problemática do recolhimento de impostos e informalidade (principalmente de alguns empreendimentos turísticos).

São Miguel do Gostoso é um caso de estudo muito peculiar, onde o envolvimento da comunidade foi determinante para emancipação e consolidação de muitas conquistas. O somatório de forças de habitantes, estrangeiros (como Anna Raboud), pessoas de fora que estabeleceram residência (como Leonardo Godoy) foram essenciais para construção de um lugar múltiplo, ágil e consciente do seu papel.

A gestão pública, o terceiro setor e associações se unem na tentativa de resolver compartilhadamente os problemas que incidem na localidade, apesar da burocracia e dos entraves. Apesar das transformações advindas do crescimento da cidade e seus respectivos problemas, percebe-se a articulação na minimização dos problemas socioambientais, como o destino do lixo, trânsito na praia, preservação da biodiversidade, proteção e preservação das tartarugas marinhas e fortalecimento dos laços histórico-culturais.

Uma característica marcante no município é a preocupação de manter o *status quo* da cidade. Há uma nítida preocupação dos agentes de assegurar as características de pequena localidade costeira, com suas particularidades e hospitalidade, embora haja claramente um crescimento que foge ao controle. Essa realidade endossa a afirmação de Page

(2013, p.274) de que “Os governos têm um forte interesse no turismo e seus benefícios para a economia e a sociedade”.

O discurso político de São Miguel do Gostoso endossa a observação de Cruz (2001, p.138), de que “Governos de estados e municípios (principalmente litorâneos) veem no turismo um possível agente dinamizador das economias locais e regional e, conseqüentemente, uma possibilidade de minimização dos problemas socioeconômicos que afligem a região”. Porém, apesar da exaltação da atividade é importante reforçar os aspectos sazonais que tornam o turismo uma atividade flutuante, vulnerável e arriscada.

SMG é uma cidade em transformação. São muitas frentes, que trabalham, se agrupam e se alternam numa tentativa de resguardar a cidade de uma avalanche provinda da massificação. Embora haja um discurso enraizado do medo de uma segunda Pipa, segundo polo turístico do Estado, mas assombrada e afogada pelos malefícios de uma superexploração.

Referencias

ARAGÃO, Wilson Honorato (Org). (2001). *São Miguel do Gostoso: Um município construído a muitas mãos e uma história contada a muitas vozes*. Natal: Natal Editora.

BANCO DO NORDESTE. Informações estaduais Rio Grande do Norte. [Natal]: BNB, 2012. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/perfil_rio_grande_norte_2012_censo.pdf acesso: 16 Set. 2014.

BENI, Mário Carlos. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: ALEPH, 2006.

CARVALHO, Aline Vieira de. (2010). *Entre ilhas e correntes: A criação do ambiente em Angra do Reis e Paraty Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010.

CAVALCANTI, Sandra Lúcia Barbosa. **Rio Grande do Norte: indicadores básicos e indústria**. [Natal]: FIERN, 2013. Disponível em: http://www.fiern.org.br/images/PDF/Publicacoes/Estudos_Pesquisas/rn_indicadores_basicos_industria_04_2012.pdf acesso em 12 Maio 2013.

COSTA, Jean Henrique; SOUSA, Michele de; (Org.) (2010). *Política de Turismo e Desenvolvimento: Reflexões Gerais e Experiências Locais*. Mossoró: Fundação Vingt-Um Rosado.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (2001). *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. (1998). *Do Local ao global: O turismo litorâneo cearense*. Campinas: Papirus.

COSTA, Jean Henrique (2008). *Políticas públicas, turismo e emprego no litoral potiguar*. Caderno virtual de Turismo. V.08.n.2. p.115-129. Coppe Rio.

ENDRES, Ana Valéria. (2012) *As políticas de turismo e os novos arranjos institucionais na Paraíba/Brasil*. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia e Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 332p.

FERNANDES, Antônio Jânio. (2011). *A ética na produção do território turístico no litoral do Rio Grande do Norte – Natal (RN)*. In BORTOLOZZI, Arlêude (org.) *Cidades reivindicadas: Territórios das lutas urbanas, das utopias e do prazer*. São Paulo: Olho D'água.

FLICK, Uwe (2009). *Introdução a pesquisa qualitativa*. 3ed. Porto Alegre: Artmed.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default_publ_completa.shtm acesso 31 ago 2015

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. IDEMA RN. (2008). Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH). *Perfil do seu município: São Miguel do Gostoso*. Volume 10. p. 01-23. Natal (RN).

LOPES JR, Edmilson. (1997). *A construção social da cidade do prazer: urbanização turística, cultura e meio ambiente em Natal (RN)*. 164f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas [SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000122699>>. Acesso em: 8 set 2013.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria (2010). *Fundamentos da metodologia Científica*. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria (2011). *Metodologia Científica*. 6ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCELINO, Ana Maria Teixeira. (2001). *Turismo e sua influência na ocupação do espaço litorâneo*. In RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.) *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3ed. São Paulo: Hucitec.

PAGE, Stephen. (2013) *Tourism management: An introduction*. 4ed. New York: Routledge.

PESSOA, Zoraide Souza. (2012). *A metrópole periférica: identidade e vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Natal-RN/Brasil*. 276 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (2001). *Percalços do planejamento turístico: O PRODETUR/NE*. In RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3ed. São Paulo: Hucitec, p.147-162.

SANTOS, Jorge Pas dos. (2004). *Relato da fundação e expansão da cidade de Natal*. Natal: Editora gráfica União Indústria & Comercio Ltda.

SEBRAE/RN. (1999). *Diagnóstico e plano estratégico de desenvolvimento do município de Touros/RN*. Natal: SEBRAE.

SELVA, Vanice Santiago Fragoso. (2012). *Uma abordagem acerca de políticas públicas e gestão municipal do turismo*. In CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de; SELVA, Vanice Santiago Fragoso. (Orgs.) *Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos*. Recife: Editora Universitária.

SILVA, Kelson de Oliveira. (2012). *Espaço público, turismo e a privatização das áreas costeiras*. In FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. (Org.). *Segunda residência, lazer e turismo*. Natal: EDUFRRN, p.71-93.

TABOSA, Willian Farkatt. (2000). *Anteprojeto de pousada em São Miguel de Touros-RN*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Natal, 58p.

YIN, Robert K. (2010). *Estudo de caso: Planejamento e Métodos*. 4ed. Porto Alegre: Bookman.